

# Confissão de Malogro

**C**OMISSÃO Parlamentar de Inquérito, da Câmara dos Deputados, constituída sem objetivos muito definidos porquanto se tratava de investigar “causas e consequências do endividamento externo”, ressuscita de forma leviana a tese da moratória. Ao mesmo tempo, contudo, reconhece a sua falta de autoridade e do próprio Congresso, ao propor que o mesmo assunto seja estudado por uma comissão integrada por todas as organizações de esquerda que se arrogam o direito de falar em nome da sociedade brasileira.

O instituto da Comissão Parlamentar de Inquérito tinha o propósito de permitir ao Congresso Nacional o debate de grandes temas, visando colher subsídios para apresentar indicações autônomas sobre determinadas políticas da responsabilidade do Executivo. Para que viesse a alcançar alguma eficácia, era necessário que o Congresso dispusesse da requerida representatividade, o que não parece ser o caso. O atual Parlamento envelheceu precocemente, notadamente pela forma obtusa como se comportou diante de questões fundamentais, impedindo por exemplo que se fixassem como diretas as futuras eleições presidenciais, a pretexto de que só as desejava para 1984.

Além disto, o tema objeto de investigação deveria ser muito preciso e configurar de fato uma situação na qual pudesse dar uma contribuição efetiva. A pergunta pela causa dos empréstimos externos equivalia a pretender examinar todos os projetos que os justificaram, em

muitos casos dispondo-se a questionar equipes competentes que os aprovaram, inclusive de organizações como o Banco Mundial. Ou, então, dimensionar de forma irretorquível o impacto real do segundo choque do petróleo sobre as previsões de amortização em que se calcaram, no período imediatamente anterior. Pois estes dois elementos é que compõem a dívida: empréstimos vinculados a projetos e necessidades consideradas imprevisíveis de recursos adicionais para atender a juros e amortizações, em vista da elevação dos dispêndios com importações de petróleo.

Como a CPI não dispunha de competência para análise dessa magnitude, colocando o tema no nível de seriedade que estaria a exigir, resolveram os parlamentares adotar este raciocínio simplista: o país não pode pagar a dívida, razão pela qual só resta questionar a sua legitimidade. A premissa é falsa e a conclusão inepta. Hoje não há mais clima para falar-se de moratória e só pessoas que não desejam merecer qualquer credibilidade insistem nessa tecla desgastada.

A proposta final da CPI resume-se a pretender que se constitua uma Comissão Interpartidária, enxertada de diversas associações profissionais, “para realizar uma rigorosa investigação a respeito da dívida externa brasileira e definir como e quando pagá-la”. Suas inferências não têm portanto qualquer validade nem considera que o Parlamento para tanto disponha de suficiente representatividade. É quanto basta para avaliar-se o seu trabalho.